



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2021

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia de Saneamento do Pará, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração, com uma visão geral das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2021, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis aceitos no Brasil, adotando as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que atendem aos padrões internacionais.

A EMPRESA

A Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA Sociedade de Economia Mista, criada nos termos da Lei Estadual nº 4.336, de 21 de Dezembro de 1970, órgão integrante da Administração Indireta, onde o acionista majoritário é o Governo do Estado do Pará, cuja missão é atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Atualmente atende em 52 (Cinquenta e dois) Municípios e 09 (Nove) Vilas nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com ABRANGENCIA de 62,86% do total da população urbana do Estado. O índice de COBERTURA dos serviços de Água é de 80,78% e dos serviços de Esgoto é 13,32%, em relação a população atendida pela Companhia. O ATENDIMENTO com os serviços de Água é de 70,08% e de 10,32% com os serviços de Esgotamento Sanitário da população urbana coberta pela Companhia.

A COSANPA, tem como missão Desenvolver soluções em saneamento básico contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, sobre todas as vertentes de Água e Esgoto apontada em diagnósticos do Estado do Pará, como estratégia de governo, que constitui em uma ação significativa no combate à pobreza, às desigualdades sociais, à prevenção de doenças, e a preservação do meio ambiente.

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido por Lei como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário. Nesse contexto, e com o Novo Marco do Saneamento, que estabelece como meta a ser seguida, o dever das Empresas de ampliar e garantir o fornecimento de água para 99% da população e de coleta e tratamento de esgoto para 90% da população até dezembro de 2033, o que mostra o enorme desafio para o Governo do Estado e para a COSANPA.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL “SANEAMENTO E CIDADANIA”

A Companhia entre suas diretrizes tem o compromisso com a sustentabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável. Fortalecendo esses compromissos, desenvolve diversos projetos voltados para a preservação do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada com os serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, bem como, fomentar a utilização e a preservação do meio ambiente. Tivemos participação nas Ações Cidadania em parceria com o Pará Paz, realizando negociação de débitos, distribuição de água envasada e ação informativa, no Município de Belém; e realizamos visitas domiciliares, sensibilizando os clientes da Empresa, quanto ao desperdício de água, levando informações através de reuniões juntamente com a equipe de Engenharia, a fim de esclarecer e solucionar problemas referentes aos serviços implantados. Foram realizados esse trabalho nos municípios: Ananindeua, Alter do Chão, Castanhal, Monte Alegre e Santarém, que totalizou cerca de 23.839 casas visitadas com a adesão de 6.371 residências

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL - PTS PAC/COSANPA.

Foram executadas através do Programa de Trabalho Técnico Social, diversas atividades com o objetivo de conscientizar na população beneficiária com as obras/serviços de ampliação e melhorias nos Sistema de Abastecimento de Água, a valorização dos recursos hídricos e da correta utilização dos serviços implantados, utilizando como estratégia o desenvolvimento de ações sócio-educativas e ambientais através de Palestras com temas Ambientais, Sociais e de Saúde; Atividades Socioculturais e Esportivas; Ações informativas com realização de Reuniões com a Comunidade, Visita na obra e realização de cadastro de adesão ao Sistema de Abastecimento de Água; Empreendedorismo, com Cursos e Oficinas voltados para geração de emprego e renda, visando à organização e a participação comunitária. Nesse contexto, foram realizadas 763 atividades, com participação de 35.363 pessoas nos municípios de Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Monte Alegre e Santarém (Alter do Chão).

REGULAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

A COSANPA tem como objetivo manter o relacionamento com os municípios em que possui a concessão dos serviços, a regularização das concessões e a regularização visando a melhoria na qualidade da prestação dos serviços.

A Companhia anualmente realiza estudos de defasagem do valor da tarifa praticada pela COSANPA, em 2020 os estudos foram protocolados junto ao órgão regulador, e a ARBEL entendeu ser necessário realizar uma revisão extraordinária em 2021, trazendo os valores de defasagem desde 2016, a fim de demonstrar para a população a defasagem tarifária nos valores de tarifa da COSANPA em audiência e/ou consulta pública. A COSANPA protocolou os estudos de Revisão Tarifária através da Comissão de Tarifaria Extraordinária em Fevereiro/2021, a ARBEL ainda não tomou as medidas cabíveis para o aumento da tarifa, seguimos prestando todas as informações solicitadas pelo órgão Regulador. Ressaltamos que o Município de Santarém encontra-se com as tarifas sem correção desde 2016, mesmo a Empresa enfatizado tanto para a ARCON, quanto para a Prefeitura Municipal a necessidade do aumento tarifário praticado pela Companhia.

Dentro das prerrogativas da Lei nº

11.445/2007, a Companhia, já celebrou 8 (oito) Contratos de Programa e 34 (trinta e quatro) Convênios de Cooperação Federativa.

Atualmente está em processo de regularização com os municípios de Augusto Corrêa, Afuá, Capitão Poço, Jacundá, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Francisco do Pará, Tailândia, Limoeiro do Ajuru e São Caetano de Odivelas, que se encontram com concessão vencida. A concessão com o município de Inhangapi foi firmada antes da Lei do Saneamento e da Constituição Federal de 1988, porém, encontra-se vigente.

Com o advento do novo marco legal do saneamento, a Companhia vem buscando se adequar à nova realidade do setor de saneamento, para tanto, criou um Grupo de Trabalho de Microrregiões, que elaborou um estudo nos quatro eixos do saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, técnico, e econômico e financeiro, entregue para a SEDOP, a fim de subsidiar a tomada de decisão do processo de regionalização do estado, em atendimento à Lei Federal 14.026/2020.

Em 2021, a partir da consolidação e declaração de constitucionalidade do Novo Marco Legal do Saneamento Básico pelo STF, a COSANPA teve que adotar novas estratégias para regularização de suas delegações, que culminou na elaboração dos estudos de regionalização, consulta e audiência pública, e projeto de lei complementar, consolidando assim, se for o caso, prestação direta.

Nesse contexto, a Empresa vem realizando estudos de novas modelagens de captação de recursos para viabilizar o Programa de Universalização do Saneamento no Estado do Pará.

JURIDICO

No Exercício 2021 seguimos com diversos desafios em consequência da segunda onda da Pandemia do COVID-19, e a necessidade de continuarmos a prestar serviço com eficiência, mesmo diante do afastamento de alguns empregados.

Implementamos parecer referencial, para pagamento de verbas rescisórias aos dependentes do *de cujus*, a supostos sucessores de empregados falecidos, facilitando o procedimento em caso de falecimento de empregado. Na área trabalhista, foram firmados diversos acordos na fase de execução que impediram bloqueios judiciais em contas correntes da Empresa, mesmo a Procuradoria Jurídica em conjunto com a área de Recursos Humanos intensificando ações para serem minimizadas/corrigidas as anomalias, a fim de evitar novas condenações na Justiça do Trabalho.

As ações dos grandes consumidores, anteriormente conduzidas por Escritório de advocacia terceirizado passou a ser administrado pela Equipe de Advogados da Empresa, gerando economia à Administração.

CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na busca de cumprir adequadamente suas competências e contribuir no avanço da Gestão, vem aperfeiçoando continuamente sua atuação nas atividades desenvolvidas pela COSANPA através do controle de processos financeiros, solicitações de ações corretivas, inspeções do Controle Interno nas Unidades da COSANPA, Acompanhamento das demandas dos Órgãos de Controle Interno como, por exemplo, Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado.

Dentre suas ações, adequou o Portal da Transparência no site da Companhia, bem como, o Portal da Transparência COVID, conforme normas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores.

PRINCIPAIS DESTAQUES 2021

PROJETO “CAIXA D’ÁGUA PARA TODOS”

O Projeto “CAIXA D’ÁGUA PARA TODOS”, tem como objetivos proporcionar reserva mínima, por ocasião de ações de recuperação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, em residências urbanas com Abastecimento Intermitente, na Região Metropolitana de Belém, atendidas pela COSANPA; Garantir a continuidade do abastecimento mínimo do imóvel de área com abastecimento intermitente, nos momentos de execução de serviço de manutenção e melhoria das redes de abastecimento e assegurar a reserva mínima de 500 litros de água nos imóveis beneficiados pelo projeto, em razão da interrupção no fornecimento de água para manutenção programada da rede de abastecimento.

Projeto, tem valor na ordem de R\$ 17.973.780,00.

Investimento na ordem de R\$ 17.973.780,00.

PROGRAMA ÁGUA PARÁ

O PROGRAMA ÁGUA PARÁ, é um Programa de transferência direta de renda instituído pelo Governo do Estado do Pará, visando possibilitar o pagamento de custos de obtenção de água potável para famílias de baixa renda, com objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de saúde da população mais vulnerável. Os recursos financeiros do Programa, que foram estimados em torno R\$19.000.000,00/mensais, serão repassados à COSANPA, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, representam um instrumento de recuperação e modernização da Companhia, melhorando o seu equilíbrio econômico-financeiro, ajustando a Política Fiscal do Governo do Estado. Este projeto visa beneficiar cerca de 1.312.000 pessoas. Tem por objeto o pagamento, por parte do Governo do Estado, dos custos de obtenção de água potável, até o limite de 20m3 de consumo para as famílias de baixa renda, em atendimento aos princípios da Lei Federal nº 11.445/2007, e conforme requisitos estabelecidos na Lei Estadual nº 9.317, de 22 de setembro de 2021 e no Decreto Estadual nº 1.893/2021. Com a implantação do Programa Água Pará foram atendidos 130.426 Clientes, nos

meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro/2021, beneficiando cerca de 521.704 habitantes. O cliente cadastrado na COSANPA na categoria residencial, subcategoria R1 ou R2, receberá, todo mês, sua fatura com consumo de até 20m³ de água e esgoto, já quitada pelo Governo do Estado.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA BEIJA-FLOR NO MUNICÍPIO DE MARITUBA

Este Sistema contemplou a execução de 02 poços (200 m³/h), Adutora de Água Bruta: 302 m, 01 Estação de Tratamento de Água (560 m³/h), Adutora de Água Tratada: 51 m, Reservatório Apoiado: 01und (1.500 m³), Reservatório Elevado: 01und (500 m³), REDE: 17,2 Km, Número de Ligações: 1.985und.

População Atendida: 41.249 Habitantes (fim de plano); Valor do Investimento: R\$ 19,86 milhões

Fonte de Recursos: CEF-OGU/GEP

AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CDP – 10º SETOR – BELÉM.

Em 03.09.2020 foi entregue completamente revitalizado o 10º SETOR, com obra de Ampliação e Melhorias do Sistema de captação, tratamento e distribuição do sistema de abastecimento de água do Conjunto Paraíso dos Pássaros – CDP. População Atendida: 36.000 habitantes.

Descrição: Captação por poços profundos, Revitalizaçãodas unidades existentes (Poços, REL e Elevatória),Urbanização do complexo.

Valor do Investimento: R\$ 1,8 milhões

Fonte de Recursos: GEP/ RECURSOS PRÓRIOS.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS ETE'S SIDERAL E COQUEIRO.

Descrição:População atendida: 182.681 habitantes

Valor: R\$ 4,65 milhões

Fonte de Recursos: CEF-OGU

CONSTRUÇÃO DE UM POÇO REFORMA/MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SETOR ÂGUA BOA NO DISTRITO DE OUTEIRO.

População Atendida: 22.000 Habitantes

Descrição: Captação através de Poço Profundo,Revitalização das unidades existentes (REL e Elevatória).

Valor: R\$ 976 mil

Fonte de Recursos: GEP

AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SETOR SÃOROQUE NO DISTRITO DE ICOARACI.

População Atendida: 28.231 Habitantes.

Descrição: Perfuração de um Poço de 270 m deDescrição: Perfuração de um Poço de 270 m dereservatório elevado; Automatização da operação do SAASão Roque; Revitalização do reservatório elevado;Revitalização do Setor e melhorias na segurancapatrimonial; Construção de loja de atendimento público com espaço para dois atendentes, copa e doisbanheiros.

Valor: R\$ 1,22 milhões

Fonte de Recursos: Próprios

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DO SETOR BENGUI.

População Atendida: 32.000 habitantes.

Descrição: Ampliação da Estação de Tratamento deEsgoto, Construção da Estação Elevatória de Esgoto,Linha de Recalque- 2,66 KM e Ampliação daSubestação elétrica existente e instalações elétricas.

Valor: R\$ 16,08 milhões

Fonte de Recursos: CEF-FGTS/GEP

AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONJUNTO BENEDITO MONTEIRO.

População Atendida: 7.340 habitantes;

Descrição: Captação por poço tubular (01 unidade), Rede de Distribuição (3,26 km), Subestação elétrica.

Valor: R\$ 1,20 milhões

Fonte de Recursos: GEP

SERVIÇO DE HIDROMETRAÇÃO EM LIGAÇÕES EXISTENTES NO SISTEMA DEABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

Aquisição e Instalação de 16.787 hidrômetros em ligações domiciliares existentes.

População Atendida: 83.935 Habitantes;

PROJETO DE RECUPERAÇÃO E CONTROLE DE PERDAS

A COSANPA apontou um déficit quanto a eficiência dos sistemas em operação nas UN-SUL e UN-NORTE na Região Metropolitana de Belém - RMB. Observamos que as referidas Unidades reúnem os números mais expressivos de todos os SAA's da RMB, responsáveis por cerca de 62% da extensão de redes, bem como, por cerca de 59% das ligações totais de água. O Projeto de Recuperação e Controle de Perdas objetiva a "Melhoria da Eficiência e Aumento da Capacidade de Abastecimento de Água da RMB, que beneficiará os bairros: Barreiro, Batista Campos, Campinas, Canudos, Castanheira, Cidade Velha, Comércio, Condor, Cremação, Fátima, Jurunas, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Marco, Miramar, Nazaré, Pedreira, Reduto, Sacramento, São Brás, Telégrafo, Terra Firme, Umarizal, Universitário, Val-de-Cans. Esse projeto é executado em várias fases, com a previsão de conclusão das obras em 2022. Estima-se que o empreendimento atenderá 1.000.000 de habitantes até o ano de 2038, que se dará através da redução e controle de perdas reais (vazamentos visíveis e ocultos) e perdas aparentes (irregularidades e sub-medições).

REVITALIZAÇÃO PREDIAL DAS INSTALAÇÕES DA COSANPA

Muro do 5º Setor – Tv. Perebebuli; Sede da COSANPA em São Brás; Auditório Inácio Gabriel – São Brás.

AÇÕES RELEVANTES NO COMBATE E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19.

A COSANPA em cumprimento ao Decreto Estadual nº 609 de 16/03/2020, suspendeu de cortes iniciadas em Março/2020 até Junho/2021;

Campanha de Pulverização do Governo do Estado do Pará, com o abastecimento dos 10 tratores com produtos sanitizantes/água, em todos os bairros de Belém, além do Distrito de Icoaraci, Ananindeua e Marituba, no período de 03 a 14 de maio;

Instalação de 85 torneiras públicas (pias) para higienização das mãos da população, em parceria com uma Prestadora de Serviços da COSANPA;

Distribuição de 20 totens com álcool nas Unidades da Região Metropolitana de Belém e interior (Marabá, Castanhal e Santarém);

O Atendimento ao Cliente, ocorreu exclusivamente de forma não presencial através dos Canais de Atendimento de Callcenter (08007071195) e Chat on LINE (Fale Conosco no site www.cosanpa.pa.gov.br). Para tanto, incrementamos aos atuais 17 já disponibilizados, 21 novos Pontos de Serviço, distribuídos em escala de 24 horas, diariamente. Todas as lojas e postos de atendimento da COSANPA ficaram fechados no período. Com essa estratégia, conseguimos

absorver durante os meses de março, abril, maio e junho, a soma dos registros de atendimento pelos canais da COSANPA foram quatro vezes maior em relação ao mesmo período de 2019. Nestes quatro meses do ano de 2020 foram registrados 86.843, enquanto em 2019, o número foi de 22.223.

GESTÃO DE PESSOAS E LOGÍSTICAS

No exercício de 2021 a COSANPA não mediu esforços em busca de alavancar o conjunto de obras e serviços para melhorar e ampliar o atendimento com água e esgoto, com o objetivo de alcançar o maior número de habitantes do Estado do Pará. Assim, desenvolveu o Programa de Desenvolvimento de Saneamento do Pará – PRODESAN, que estrutura-se através de uma Operação de Crédito externa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

- BID, num montante total de US\$125.000.000,00 (Cento e vinte e cinco milhões de dólares), dos quais US\$100.000.000,00 (Cem milhões de dólares) aportados pelo BID com recursos do seu capital ordinário e US\$25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de dólares) pelo Governo do Estado do Pará através

da receita no Orçamento Geral do Estado. O PRODESAN tem como objetivo melhorar as condições de salubridade da população da Região Metropolitana de Belém – RMB. O programa é composto por 06 (seis) projetos que atuam da produção e distribuição de água e serviços de coleta e tratamento de

esgoto, visando melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de água e de coleta e tratamento de águas residuais, e a eficiência operacional da COSANPA na prestação do serviço de água na Zona Central:

ADUTORA DA AUGUSTO MONTENEGRO

Este projeto beneficiará cerca de 130.000 pessoas. Construção de uma nova adutora com 14,3 km de extensão; Implantação de 1 nova estação elevatória de água tratada.

ADUTORA DA JOÃO PAULO II

Este projeto beneficiará cerca de 130.000 pessoas. Construção de uma nova adutora com 14,3 km de extensão; Implantação de 1 nova estação elevatória de água tratada.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS ISOLADOS NA ZONA DE EXPANSÃO (UNAM E UNBR)

Este projeto visa beneficiar cerca de 610.000 pessoas. Construção de 23 novos poços profundos; Recuperação com limpeza e desinfecção de 09 poços profundos; Construção de 09 ETA's de desinfecção. Implantação de 23 novos sistemas de macromedição, Telemetrix e sistemas elétricos; Recuperação estrutural de unidades existentes (RAP e REL) e segurança patrimonial.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SETORES NA ZONA CENTRAL DE BELÉM (UNSL E UNNORTE)

Este projeto visa beneficiar cerca de 890.000 pessoas, Implantação de novos reservatórios; Recuperação estrutural de unidades existentes; Recuperação de estações de bombeamento existentes e aquisição de novos Conjuntos Motor-Bomba; Instalação de grupos geradores.

COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REDUÇÃO DE PERDAS NA ZONA CENTRAL DE BELÉM (UNSL E UNNORTE)

Este projeto visa beneficiar cerca de 890.000 pessoas. Implantação de mais de 48 km de rede por Método Não Destrutivo; Substituição de 1.800 ramais prediais; Cadastro de usuários, telemetria e simulações hidráulicas. Instalação de 60 equipamentos hidráulicos, (dataloggers, macro medidores e VRP's).

PROJETO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO EM TORNO DOS LAGOS BOLONHA E ÁGUA PRETA - SES UTINGA

Este projeto visa beneficiar cerca de 48.000 pessoas. Implantação de mais de 35 km de rede coletora de esgoto; Construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto; Quatro novas estações de bombeamento de esgoto; Cerca de 6.500 novas ligações domiciliares e intradomiciliares de esgoto.

O PROGRAMA ÁGUA PARÁ, que é um Programa de transferência direta de renda instituído pelo Governo do Estado do Pará, visando possibilitar o pagamento de custos de obtenção de água potável para famílias de baixa renda, com objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de saúde da população mais vulnerável. Os recursos financeiros do Programa, que foram estimados em torno R\$ 19.000.000,00/mensais, serão repassados à COSANPA, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, representam um instrumento de recuperação e modernização da Companhia, melhorando o seu equilíbrio econômico-financeiro, ajustando a Política Fiscal do Governo do Estado. Este projeto visa beneficiar cerca de 1.312.000 pessoas. Tem por objeto o pagamento, por parte do Governo do Estado, dos custos de obtenção de água potável, até o limite de 20m³ de consumo para as famílias de baixa renda, em atendimento aos princípios da Lei Federal nº 11.445/2007, e conforme requisitos estabelecidos na Lei Estadual nº 9.317, de 22 de setembro de 2021 e no Decreto Estadual nº 1.893/2021.

Com a implantação do Programa Água Pará foram atendidos 130.426 Clientes, nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro/2021, beneficiando cerca de 521.704 habitantes.

O cliente cadastrado na COSANPA na categoria residencial, subcategoria R1 ou R2, receberá, todo mês, sua fatura com consumo de até 20m³ de água e esgoto, já quitada pelo Governo do Estado.

Mesmo com as dificuldades financeiras impactadas em consequência da Pandemia, ainda foi possível executar várias melhorias nas Instalações prediais da Companhia.

Em busca de aprimorar a infraestrutura e o desenvolvimento das atividades laborais dos colaboradores, adquirimos com recursos próprios, 2.850 bens móveis, sendo 900 cadeiras giratórias de diversos modelos, 600 cadeiras fixas, 300 armários altos com duas portas em MDF, 750 Mesas Retas MDF com gaveteiro, 50 armários de aço com 04 prateleiras, 50 gaveteiros de aço com 4 gavetas e 50 com 8 gavetas, 50 estantes de aço com 2 portas, 50 roupeiros de aço com 04 portas e 50 com 08 portas, que foram distribuídas nas diversas unidades da COSANPA, e realizamos a instalação de câmeras de monitoramento na sede da COSANPA em São Brás, no setores do Utinga e da Estação do Bolonha.

Na área de tecnologia as ações foram planejadas e realizadas com objetivo de melhor desenvolver as ações da empresa na área de Mercado buscando a eficiência no faturamento e arrecadação. Também foram efetuadas diversas melhorias nos sistemas de Recursos Humanos, Contábil, Intranet e Comercial, com destaque especial para a implantação do Programa Água Pará, de subsídio para clientes de baixa renda.

Citamos algumas ações desenvolvidas em 2021, conforme abaixo:

Aquisição de 60 computadores completos marca DELL VOSTRO 3470 e 44 mini PCs, já distribuídas nas diversas Unidades da COSANPA; Aquisição de equipamentos de teleconferência e de software de videoconferência Zoom, para a Presidência e demais unidades de serviços; Mudança de Tecnologia de Link de Comunicação do CLARO e aumento da banda de velocidade nas unidades de negócios e serviços da Companhia; Renovação de 18 licenças do software ZWCAD 2022, para a Diretoria de Mercado, Diretoria de Operações e unidades de negócios; Implantação do Portal do Empregado na Intranet (Contracheque, Espelho de Ponto, Recibo de Férias e Cédula C). Desenvolvimento de ações de melhorias na área de Recursos Humanos, tais como: Implantação e adequação do módulo de Medicina e Segurança do Trabalho ao e Social; Implantação de coleta de marcações do ponto eletrônico via webservice; Implantação da rotina de notificação de batidas de ponto incorretas; Desenvolvimento ações de melhorias na área Comercial, tais como: Adequação a nova rotina de débito automático da Caixa Econômica Federal; Implantação do aplicativo de Ordens de Serviço em smartphone; Inclusão das coordenadas geográficas nas Ordens de Serviço de vazamento; Implantação de webservice para atualização cadastral e de leituras no sistema geo-referenciado de controle de perdas (GisWater); Implantação do Aviso de Vencimento de conta e envio de código de barras da fatura por SMS; Implantação do Aviso de Corte e Aviso de Vencimento de Fatura por E-mail; Implantação do módulo de controle de lançamentos de créditos Covid19; Implantação do novo modelo de contas; Implantação do Programa Água Pará.

Através da Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística cumprimos papel administrativo de ordem normativo, fazendo todas as operacionalizações, gerenciamento da folha e seus cadastros atrelados, processo de maior repercussão na sua estrutura, por envolver 1.764 pessoas, e seus reflexos de todos os fatos da vida funcional, obedecendo todas as exigências legais no campo trabalhista, bem como prestando contas aos órgãos fiscalizadores, para evitar consequências fiscais.

Desenvolvemos um contínuo processo de elaboração de estratégias de atuação, em virtude das constantes demandas apresentadas e de diferentes situações. O trabalho destina-se aos empregados e sua família, ou seja, trabalhamos na intervenção das questões sociais, o qual envolve diferentes situações como: problemas familiares, dependência de álcool e outras drogas, relacionamento interpessoal, entre outros. Além disso, desenvolvemos Palestras Educativas, Motivacionais, Atividades de Orientação sobre diversos temas e Campanhas de Prevenção de Doenças.

Dentre as ações desenvolvidas em 2021, destacamos:

Realização de visitas nas Unidades Organizacionais da Empresa inclusive no interior; Participação em atividades esportivas, que tem como objetivo a integração das Indústrias do Estado do Pará, em parceria com SESI-PA, por meio da prática esportiva do trabalhador, visando a qualidade de vida; Coordenação e acompanhamento do Programa Jovem Aprendiz (38 na capital e 07 no interior); Acompanhamento dos processos de Seguro de Vida, onde foram encaminhados a Seguradora 16 solicitações de pagamento de sinistro, sendo 07 concluídos e 09 em andamento; Campanha de Vacinação contra a gripe H1N1/2021, onde foram aplicadas 901 doses, atendendo empregados, estagiários e aprendizes na Capital e Interior do Estado; Visita da Imagem Peregrina na COSANPA, na Praça da Caixa D'água com a participação de aproximadamente 150 empregados.

MERCADO

O ano de 2021 foi um ano de muitas dificuldades para a COSANPA, bem como, de incertezas provocadas pela pandemia do Covid-19, e a queda na arrecadação que se originou em consequência da crise econômico-financeira, onde o Governo do Estado promoveu a Isenção de Tarifas de Água para Consumos Até 10m³, em todas as localidades atendidas pela COSANPA, aos clientes de baixa renda, de imóveis classificados nas subcategorias Residencial 1 e Comercial 1 (R1 e C1 respectivamente), favorecendo cerca de 650 mil pessoas, em um total de 170 mil economias, sendo 156.000 residenciais e 14.000 comerciais, nos meses de março e abril/2021. Diante deste cenário, e com o objetivo de ampliar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a administração procurou alternativas para captação de novos recursos, visando a melhoria da prestação dos serviços, bem como, implementar seus projetos de Cadastro, Faturamento, Arrecadação e de Recuperação de Crédito, em uma estratégia de aproximação e de acessibilidade junto ao cliente, buscando manter a sustentabilidade da receita própria da Empresa.

Considerando os impactos sobre a receita dos clientes de mais baixa renda, provocados pelas medidas restritivas de enfrentamento à Pandemia de Covid-19, a COSANPA concedeu benefício aos seus clientes mais vulneráveis financeiramente, contribuindo com cerca de R\$ 12 milhões de reais do faturamento da Companhia na implantação do Pacote Econômico do Governo do Estado do Pará.

Diante do momento de recessão econômica e a necessidade de buscar alternativas para o aumento da arrecadação promovemos a Campanha Especial para Clientes Inadimplentes, "Conta com a COSANPA 2021", como parte do Plano Comercial Pós Pandemia, com o objetivo de facilitar a adimplência dos clientes, oferecendo descontos atrativos, da ordem de até 95% do valor principal dos débitos em negociações parceladas, e bônus adicional de 30% cumulativo para negociações à vista, assim, foram efetivadas mais de 18 mil negociações, sendo 13.575 pagamentos à vista e 4.592 parcelamentos, no período de 12/07/2021 a 30/09/2021, resultando em mais de R\$ 15 milhões negociados.

Considerando os descontos concedidos, o resultado da Campanha no Contas a Receber da Empresa foi de uma redução de R\$ 27 milhões do valor histórico dos débitos.

Segundo essa diretriz, ampliamos o horário de funcionamento das lojas de atendimento, implantamos o serviço de intérprete de libras (linguagem brasileira de sinais) para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, a inovação oferece a inclusão e fortalece a missão da COSANPA de melhor atender seu cliente; implantação da modalidade de pagamentos via cartão de crédito/débito nas lojas de atendimento ao público; avisos de corte e vencimento de fatura por e-mail.

Elaboração do Plano Comercial Pós Pandemia (PCPP), com o objetivo de melhorar a arrecadação e diminuir a velocidade de crescimento do contas a Receber, o que consistiu em um conjunto de ações nas áreas de Cadastro, Hidrometração e Cobrança, a serem executadas pelas Unidades de Negócios e Área de Grandes Clientes, com metas, prazos e custos pré-estabelecidos.

Os estudos realizados tiveram como resultado a apresentação de 7 (sete) propostas de PCPP à Diretoria Colegiada. Em função da necessidade de Recu-

de maior relevância para o desenvolvimento da cidade, sendo de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população. A obra será executada em etapas, sendo a primeira a construção do sistema de abastecimento de água, a segunda a construção do sistema de esgotamento sanitário e a terceira a construção do sistema de coleta e tratamento de esgoto. A obra será executada em etapas, sendo a primeira a construção do sistema de abastecimento de água, a segunda a construção do sistema de esgotamento sanitário e a terceira a construção do sistema de coleta e tratamento de esgoto. A obra será executada em etapas, sendo a primeira a construção do sistema de abastecimento de água, a segunda a construção do sistema de esgotamento sanitário e a terceira a construção do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

OPERAÇÃO

O foco da Empresa foi a melhoria da eficiência dos serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Esgoto, buscando a redução de tempo na solução de vazamentos, melhoria da qualidade da água, redução das intercorrências de falta de água etc.

A COSANPA atua no eixo do Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto. No serviço de Abastecimento de água atendemos 52 (Cinquenta e Dois) Municípios e 09 (Nove) Vilas totalizando uma população coberta de 3.043.564 Habitantes, e atendidas 2.132.863 habitantes correspondendo um total de 462.824 ligações ativas de água. No ano de 2020, para o atendimento de água à população dos 52 municípios no Estado do Pará, a COSANPA operou e manteve aproximadamente 900 Unidades Operacionais entre Captações Superficiais, Captações Subterrâneas, Estações de Tratamento de Água, Adutoras de Água Bruta e Tratada, Reservatórios Apoiados e Elevados.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

Com o apoio decisivo do Governo do Estado, e com o objetivo de melhorar cada vez mais a qualidade do abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado atendidos pela Empresa, paralelo aos trabalhos de operação e manutenção, a Empresa buscou a melhoria da eficiência através da redução de tempo na solução dos problemas apresentados, bem como, a redução das intercorrências de falta de água, ações na execução de assentamento e substituição de redes, correção de vazamentos, melhoria nos sistemas de abastecimento de água deficitários, construção de poços, melhoria nos Laboratórios de Análises de Água, aquisição e revitalização de equipamentos, etc., reduzindo, desta forma, o número de horas de paralisações dos Setores.

Destacaram-se em 2021 as seguintes melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da COSANPA:

Assentamento e substituição de aproximadamente 13.800 metros de rede de distribuição, beneficiando uma população de aproximadamente 13.700 habitantes ao custo de R\$1.119.000,00 (Um milhão cento e dezenove mil reais); Construção de 06 (seis) poços tubulares profundos; Aquisição de 08 (oito) conjuntos motor bomba de eixo horizontal e submersos; Reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprimir vazamentos da Capital e do Interior; Recuperação de equipamentos eletromecânicos, quadros elétricos de comando, transformadores; Manutenção e revitalização de Sistemas de Abastecimento de Água na Capital e Interior através da realização de vários serviços, em suas Unidades como aeradores, filtros, decantadores, removedores de lodo, limpeza de redes, etc.; Absorção de sistemas de abastecimento de água; Setorização de áreas pertencentes a setores de distribuição de água; Conclusão das obras da Unidade Operacional Jaderlândia, em Castanhal-PA, que atenderá vários bairros em Castanhal. Contemplou a implantação de aproximadamente 100 km de rede principal e secundária e 2016 novas ligações; Conclusão das obras de ampliação do SAA de São Caetano de Odivelas. O novo sistema atenderá 2500 habitantes; Novo SAA no município de Salinópolis-PA, que será responsável pelo abastecimento de aproximadamente 78 barracas da praia do Atalaia com pressão, qualidade e quantidade satisfatória; Para atendimento a Portaria de Consolidação nº 05 do Ministério da Saúde, que regula o fornecimento de água de boa qualidade para população, o Laboratório de Análise da água da COSANPA, realizou neste ano exames Bacteriológicos e Físico-Químicos num total de Coliforme Total - 3.208, Escherichia Coli - 3.083, PH-1.960, Cor - 3.187, Turbidez - 3.352 e Cloro - 3.284.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário atendemos 05 (Cinco) Municípios totalizando uma população coberta de 388.505 Habitantes e atendida de 290.101 habitantes correspondendo a 51.336 ligações ativas, além da rede e dos interceptores, a COSANPA opera com 27 Estações de Tratamento e Elevatórias de Esgoto - ETE's e EEE's. Foram reativadas 02 Estações de Tratamento de Esgoto e 02 Estações Elevatórias de Esgoto.

Nos Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário atendemos os Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Marabá e Santarém, através da rede de coleta, interceptores, elevatórias, estações de tratamento e emissários. Realizamos ações de prevenção e reabilitação nos Sistemas de Esgotamento Sanitário, visando o melhor desempenho operacional, destacando-se a desobstrução de um total de 64.705 metros na rede coletora de esgoto e de 2.568 metros nos ramais prediais, bem como, a recuperação de um total de 427 metros referentes à rede coletora e 186 metros de ramais prediais de esgoto. Também foram realizadas limpezas em 440 poços de visita e 259 caixas de inspeção.

Com o apoio decisivo do Governo do Estado, e com o objetivo de melhorar cada vez mais a qualidade do abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado atendidos pela Empresa, paralelo aos trabalhos de operação e manutenção, a Empresa buscou a melhoria da eficiência através da redução de tempo na solução dos problemas apresentados, bem como, a redução das intercorrências de falta de água, ações na execução de assentamento e substituição de redes, correção de vazamentos, melhoria nos sistemas de abastecimento de água deficitários, construção de poços, melhoria nos Laboratórios de Análises de Água, aquisição e revitalização de equipamentos, etc., reduzindo, desta forma, o número de horas de paralisações dos Setores.

Destacaram-se em 2021 as seguintes melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da COSANPA:

Assentamento e substituição de aproximadamente 13.800 metros de rede de distribuição, beneficiando uma população de aproximadamente 13.700 habitantes ao custo de R\$1.119.000,00 (Um milhão cento e dezenove mil reais); Construção de 06 (seis) poços tubulares profundos; Aquisição de 08 (oito) conjuntos motor bomba de eixo horizontal e submersos; Reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprimir vazamentos da Capital e do Interior; Recuperação de equipamentos eletromecânicos, quadros elétricos de comando, transformadores; Manutenção e revitalização de Sistemas de Abastecimento de Água na Capital e Interior através da realização de vários serviços, em suas Unidades como aeradores, filtros, decantadores, removedores de lodo, limpeza de redes, etc.; Absorção de sistemas de abastecimento de água; Setorização de áreas pertencentes a setores de distribuição de água; Conclusão das obras da Unidade Operacional Jaderlândia, em Castanhal-PA, que atenderá vários bairros em Castanhal. Contemplou a implantação de aproximadamente 100 km de rede principal e secundária e 2016 novas ligações; Conclusão das obras de ampliação do SAA de São Caetano de Odivelas. O novo sistema atenderá 2500 habitantes; Novo SAA no município de Salinópolis-PA, que será responsável pelo abastecimento de aproximadamente 78 barracas da praia do Atalaia com pressão, qualidade e quantidade satisfatória. Para atendimento a Portaria de Consolidação nº 05 do Ministério da Saúde, que regula o fornecimento de água de boa qualidade para população, o Laboratório de Análise da água da COSANPA, realizou neste ano exames Bacteriológicos e Físico-Químicos num total de Coliforme Total - 3.208, Escherichia Coli - 3.083, PH-1.960, Cor - 3.187, Turbidez - 3.352 e Cloro - 3.284.

Nos Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário atendemos os Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Marabá e Santarém, através da rede de coleta, interceptores, elevatórias, estações de tratamento e emissários. Realizamos ações de prevenção e reabilitação nos Sistemas de Esgotamento Sanitário, visando o melhor desempenho operacional, destacando-se a desobstrução de um total de 64.705 metros na rede coletora de esgoto e de 2.568 metros nos ramais prediais, bem como, a recuperação de um total de 427 metros referentes à rede coletora e 186 metros de ramais prediais de esgoto. Também foram realizadas limpezas em 440 poços de visita e 259 caixas de inspeção.

Considerando que o fornecimento de água, é um serviço essencial para a Saúde Pública, seguiremos avançando com os projetos que impactam na Vida da população, como: OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO, que visam Atender a Região de Integração Guajará, mais de 52.748 Pessoas com Abastecimento de Água e mais 115.260 Pessoas com Sistema de Esgotamento Sanitário; na Região de Integração Baixo Amazonas, mais de 15.468 pessoas com Esgotamento Sanitário no município de Santarém, e mais de 29.684 pessoas com abastecimento de água; Em Marabá, na Região de Integração Carajás será atendido mais de 20.891 pessoas com Esgotamento Sanitário; com a conclusão das Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal na Região Guamá, beneficiará cerca de 121.000 habitantes e em Breves na Região do Marajó, serão beneficiados 52.072 habitantes; IMPLANTAÇÃO DE RAMAIS PREDIAIS (ligações novas), PROJETO CAIXA ÁGUA PARA TODOS, PROJETO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE PERDAS, PROGRAMA ÁGUA PARÁ, e o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SANEAMENTO DO PARÁ - PRODESAN, em captação de recursos junto ao BID.

EXPANSÃO E TECNOLOGIA

OBRAS INAUGURADAS / CONCLUÍDAS:

Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, no Setor Livramento, Cidade de Santarém - População beneficiada: 37,475 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 2 (FGTS/GEP: R\$ 35,98 milhões); Conclusão dos serviços de Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água com a Instalação e fornecimento de material de sistema de reservação mínima de 500 litros em 9.401 imóveis, nos bairros Pratinha, Canudos, Terra Firma, Condor, Cremação, Icoaraci, Outeiro, Cotijuba, Pedreira, Marco, Curió Utinga, Sacramenta, Barreiro, Telegrafo, Mosqueiro, Bengui, Mangueirão e Tapanã, no Município de Belém-Pá - População Beneficiada: 47.005 habitantes - Fonte de Recursos GEP - 24,13 milhões; Melhorias do Sistema de Abastecimento de Águas do Conjunto Benedito Monteiro, Belém, Pará - População beneficiada - 7.340 habitantes - Fonte de Recursos - GEP 1,2 milhões;

OBRAS EM ANDAMENTO:

Continuação das Obras da 1ª Etapa do Complexo Bolonha (Serviços Complementares da ETA (1ª Etapa), Unidade de Tratamento de Resíduo, Subestação Elétrica de 69 KV, Elevatória de Água Tratada); Ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Monte Alegre, Castanhal, Santarém (sede), Distrito de Alter do Chão (Santarém), Ananindeua (Setor Aguas Lindas), Breves, Faro e Soure; Continuação dos serviços de Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água com a Instalação e fornecimento de material de sistema de reservação mínima de 500 litros, em 1.580 imóveis nos bairros Guamá e Jurunas, Município de Belém-Pá; Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água do Complexo Bolonha, através do

Manejo de Macrófitas nos Lagos Bolonha e Água Preta, situado no Parque Estadual do Utinga, Belém-Pará; Continuação das obras de Ampliação e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário da área Central de Belém (ETE UNA); Obras e serviços para perfuração de 39 poços tubulares para ampliação e melhorias da produção dos Sistemas de Abastecimentos de Água dos Setores UNAN, UNILHAS, RMB e dos municípios de Salvaterra, Salinópolis, Ponta de Pedras, Santa Maria das Barreiras, Tailândia e Cachoeira do Arari;

Fontes de recursos totais de R\$ 761,57 milhões, sendo, R\$ 279,08 milhões de financiamento do FGTS, R\$ 393,52 milhões do Governo Estadual e R\$ 88,97 milhões da União.

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Breves

Descrição: Construção de um Trapiche; AAB: 102 m, Construção de 01 und. ETA de 644 m³/h), Construção de AAT: 1.656 m, Construção de 01 und Red

Reservatório Apoiado (1.000m³), Reservatório Elevado 01 und de 830 m³, Implantação de 14,4 Km de Rede de distribuição, Ligações prediais 1.693 und.
 Valor do Investimento: R\$ 22.622.598,11
 População Beneficiada: 52.072 (Início de Plano) / 85.160 (fim de Plano)
 Percentual de Execução: 69,5%
 Fonte de Recursos: PAC II - OGU

PROJETOS EM ANDAMENTO:

Os projetos de ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água no Ananindeua (Centro de Reserva Ananindeua Centro e Adjacências, Setor Águas Lindas); Ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário da 2ª Etapa da ETE UNA, Elaboração dos Projetos Básicos de Ampliação e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito de Mosqueiro, no Município de Belém-Pará. Elaboração de Projeto Básico a fim de complementação do Projeto de Desenvolvimento do Pará-PRODESAN PARÁ, com melhorias e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Distritos de Outeiro, Icoaraci e da área de Expansão (Zona do Aeroporto e Augusto Montenegro, Belém-PA. Elaboração de Projeto Básico para ampliação/melhorias do Sistema de Abastecimento de Água da Zona de Expansão e da Zona Central da Região Metropolitana de Belém-PA. Elaboração da revisão e atualização do plano diretor de abastecimento de água e do plano diretor de esgotamento sanitário na região metropolitana de Belém-PDAES-RMB, no Estado do Pará.

Fontes de recursos totais R\$ 38,99 milhões, sendo, R\$ 13,11 milhões advindos da União, 2,00 de FGTS e R\$ 23,87 milhões do Governo do Estado.

OBRAS CONTRATADAS E/OU EM PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA INICIAR OU REINICIAR EM 2022:

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Marabá (Baças F e G2) - Obra Contratada aguardando a Liberação da AIO pelo MDR para início das obras. Ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água do 3º e 10º Setores (Belém) - Em fase de Contratação; Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alter do Chão (Santarém) - Contratada em de aprovação do processo licitatório; Obras e Serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Viseu, Pará - Obra Contratada a iniciar; Contratação das obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Terra Santa, Pará - Obra Contratada a iniciar;

Fontes de recursos totais R\$ 149,55 milhões, sendo, R\$ 56,12 milhões advindos da União, R\$ 76,51 milhões de financiamento de FGTS e R\$ 16,92 do Governo do Estado;

OBRAS PARALISADAS EM FASE DE RESCISÃO PARA NOVA LICITAÇÃO E RETOMADA EM 2022:

Ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Alenquer e Oriximiná; Fontes de recursos totais R\$ 83,21 milhões, sendo, R\$ 25,62 milhões advindos da União, R\$ 10,80 milhões de financiamento de FGTS e R\$ 46,78 do Governo do Estado;

OBRAS RECEBIDAS DE OUTROS ÓRGÃOS:

ÓRGÃO	TIPO DE OBRA	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR	TIPO DE RECURSOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA
COHAB	SANEAMENTO	Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário na Comunidade Taboquinha	TABOQUINHA / ICOARACI	R\$ 4.098.202,11	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	7.430 Pessoas para água 9.000 pessoas para esgoto
SEDOP	SANEAMENTO	Sistema de Abastecimento de Água de Tracuateua	TRACUATEUA	R\$ 1.137.598,91	ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (FUNASA)	9.257 Pessoas
SEDOP	SANEAMENTO	Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Atalaia, Salinópolis	SALINÓPOLIS	R\$ 9.303.672,94	ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO - (OGE)	1ª Etapa (2015): Relação pessoa / barraca x dia = 250 pessoas; população atendida/dia = 22.500 pessoas; 2ª ETAPA (2035): Além das barracas da 1ª etapa mais: número de casas ou aptos = 3.760 und. Relação Pessoas/casa ou apto = 4 pessoas; População atendida casa ou apto/dia = 15.040
PRIVADO	SANEAMENTO	Estação elevatória de Esgotamento Sanitário - Residencial Beira Rio	BELÉM	R\$ 795.393,78	CAIXA	1.984 Pessoas
SEDOP	SANEAMENTO	Sistema de Abastecimento de água de São Caetano de Odivelas	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	R\$ 2.968.475,54	COORDENADORIA DE ORÇAMENTOS E CUSTOS - COOC	9.358 Pessoas
PRIVADO	SANEAMENTO	Sistema de abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário no Residencial Valle do Sal	SALINÓPOLIS	NÃO INFORMADO	PARTICULAR	9.448 pessoas para Água 9.448 pessoas para esgoto

De acordo com as metas do Governo do Estado e da COSANPA continuaremos trabalhando na expansão e melhoria do Saneamento Básico, especialmente nas modalidades de Água e Esgoto sanitário, com vistas a melhor atender a população do Estado, com os serviços prestados por esta Companhia, daremos continuidade as obras estruturantes que se encontram em andamento, ou estão em fase à iniciar. Também continuaremos com as ações para buscar o equilíbrio econômico e Financeiro da Empresa, com o objetivo de aumentar o faturamento e a arrecadação da Cia.

O ano de 2021 apresentou ainda, grandes desafios para prosseguirmos nas metas estabelecidas para o avanço das Obras de Investimento, realizadas com recursos oriundos do Governo Federal (CAIXA) e contrapartida do Governo do Estado, nos Municípios de ANANINDEUA e BELÉM - Região Guajará, CASTANHAL - Região Guamá, MARABÁ - Região Carajás, ALENQUER, FARO, SANTAREM, ORIXIMINÁ, MONTE ALEGRE e TERRA SANTA - Região Baixo Amazonas, e BREVES e SOURE - Região Marajó, No Exercício de 2021, com a situação mais controlada da Pandemia, houve um incremento no andamento das Obras. Com as Obras concluídas nos Municípios de Ananindeua e Belém serão atendidos cerca de 1.028.095 habitantes; em Castanhal serão beneficiadas 121.000 habitantes; em Marabá beneficiaremos cerca de 20.891 habitantes, em Alenquer, Faro, Santarém, Oriximiná, Monte Alegre e Terra Santa serão beneficiadas 194.352; e em Breves 52.072 habitantes serão atendidos com serviços de abastecimento de água.

Também daremos continuidade nas ações com foco no cliente, para tornar nossos serviços cada vez mais eficiente, e promover procedimentos para garantir melhor resultado na qualidade da água, bem como, desenvolver atividades de capacitação e valorização dos nossos colaboradores.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Receita Operacional Líquida de 2021 (R\$ 379.307.440,75) apresentou uma redução de 0,1414012 % em relação a 2020 (R\$ 379.844.545,70), motivada pelo aumento de descontos concedidos, cancelamentos e devoluções. O Custo dos Serviços em 2021 (R\$ 368.843.909,89) apresentou um aumento de 14,10807 % em relação a 2020 (R\$ 323.240.845,15). Mesmo com o aumento dos custos dos serviços o exercício de 2021 encerrou com um lucro bruto operacional na ordem R\$ 10,5 milhões, inferior ao do exercício de 2020 que foi na ordem de R\$ 56,6 milhões.

O aumento verificado no custo, foi gerado através do aumento de outros insumos aplicados na operação da empresa como: mão de obra, produtos químicos reajuste.

O prejuízo do exercício de 2020 que foi de R\$ 271,4 milhões. A redução do prejuízo de 2021 ocorreu principalmente em decorrência da Extinção de Processos de débitos junto a PGFN na ordem de 188,25 milhões sobre tributos.

O Governo do Estado aportou no exercício de 2021 R\$ 269,5 milhões e no exercício de 2020 R\$ 405,6 milhões, a título de aumento de capital.

OBRIGAÇÕES A PAGAR

COMPROMISSOS A PAGAR	2021 (R\$ MILHÕES)	2020 (R\$ MILHÕES)
Fornecedores	82,5	47,6
Tributos	1.179,0	1.231,6
Tributos Negociados Curto Prazo	0,8	1,4
Tributos Negociados Longo Prazo	19,8	21,3
Contingências Cível/Trabalhista	34,8	36,6
Provisões Trabalhistas	34,7	29,9
Financiamento em Moeda Estrangeira	-	-

Tributos Diferidos	72,9	75,9
Outras Contas a Pagar	8,6	7,7
Total	1.433,1	1.451,2

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2021	2020
EBITDA (R\$ milhões)	(16,2)	(127,3)
Liquidez Corrente	0,15	0,14
Liquidez Geral	0,20	0,18
Endividamento Geral (%)	69	75

Belém (PA), 06 de abril de 2022.

JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS
Presidente

NAGIB CHARONE FILHO
Diretor de Expansão e Tecnologia

FERNANDA REGINA DE PINHO PAES
Diretora de Gestão de Pessoas e Logística

DIEGO BENITAHBATISTA
Diretor de Operações

MAURÍCIO OTÁVIO DE ALMEIDA
Diretor de Mercado

JOSÉ ANTONIO LIMA DE SOUZA
Diretor Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

ATIVO		2021	2020
	Notas		
CIRCULANTE	Explicativas	193.473.436,56	201.709.764,34
Caixa e Equivalente de Caixa		21.248.372,24	28.614.422,10
Depósitos Bancários Livres		6.337.272,00	5.110.861,13
Depósitos Bancários Vinculados		14.911.100,34	23.503.560,97
Contas a Receber de Clientes	4	158.064.968,43	160.574.922,64
Outras Contas a Receber		4.796.352,96	4.821.692,17
Adiantamento a Funcionários		2.103.641,45	2.388.463,91
Despesas do Exercício Seguinte		732.705,91	568.446,71
Impostos e Contribuições a recuperar		4.344.621,85	3.598.955,76
Almoxarifado		2.182.773,72	1.142.861,05
NÃO CIRCULANTE		1.881.041.343,30	1.744.948.414,30
Realizável a Longo Prazo		88.998.566,91	89.969.541,57
Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	5	72.971.028,51	75.904.809,06
Depósitos Judiciais	10	4.661.998,54	4.244.565,41
Contas a Receber de Clientes	4	11.365.539,86	9.820.167,10
Intangível Líquido	6a	891.078.553,45	677.563.583,08
Imobilizado Técnico Líquido	6b	8.079.343,21	4.750.945,88
Obras em Andamento	6b	892.884.879,73	972.664.343,77
TOTAL DO ATIVO		2.074.514.779,96	1.946.658.178,64
PASSIVO		2021	2020
	Notas		
CIRCULANTE	Explicativas	1.305.634.374,87	1.318.252.750,74
Fornecedores		82.527.120,91	47.570.454,98
Renegociação de Dívidas	8	792.833,67	1.423.994,24
Financiamentos	7	-	-
Impostos e Contribuições	8	1.179.003.533,46	1.231.597.160,24
Contingência a Pagar	9	18.037.514,59	16.256.088,02
Outras Contas a Pagar		8.572.485,24	7.678.958,14
Provisões Trabalhistas	11	16.700.887,00	13.726.095,12
NÃO CIRCULANTE		127.579.891,88	133.837.753,38
Financiamentos	7	-	-
Impostos e Contribuições	8	19.849.415,60	21.358.836,91
Provisões para Contingências	10	34.759.447,73	36.574.107,40

Tributo Diferido	5	72.971.028,55	75.904.809,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		641.300.513,21	494.567.674,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS
Presidente

MAURICIO OTÁVIO DE ALMEIDA
Diretoria de Mercado

JOSÉ ANTONIO LIMA DE SOUZA
Diretoria Financeira

DIEGO BENITÁH BATISTA
Diretoria de Operações

FERNANDA REGINA DE PINHO PAES
Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística

NAGIB CHARONE FILHO
Diretoria de Expansão e Tecnologia

ALESSANDRA ESTEVES DA ROCHA
Contador - CRC-PA-011073/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	Notas Explicativas	2021	2020
		379.307.440,75	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13		379.844.545,70
Custo dos Serviços	14	(368.843.909,89)	(323.240.845,15)
LUCRO BRUTO		10.463.530,86	56.603.700,55
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais		(175.813.120,83)	(167.233.207,79)
Pessoal		(7.313.875,34)	(6.165.322,09)
Serviços de Terceiros		(30.902.927,87)	(37.322.968,22)
Depreciação, Provisões e Amortização		(137.372.074,53)	(123.618.225,88)
Outras		(224.243,09)	(126.691,59)
Despesas Gerais e Administrativas		(84.763.948,27)	(76.033.714,29)
Pessoal		(61.276.466,57)	(59.117.701,42)
Serviços de Terceiros		(14.340.801,99)	(13.155.502,02)
Depreciação, Provisões e Amortização		(2.370.970,76)	(345.836,26)
Tributárias		(160.968,68)	(16.139,56)
Outras		(6.614.740,27)	(3.398.535,02)
Despesas/Receitas Financeiras		(65.229.767,22)	(102.660.735,37)
Juros e Encargos Financeiros		(72.489.592,82)	(79.836.424,13)
Variações Monetárias e Cambiais		-	(29.356.166,88)
Receitas Financeiras		7.259.825,60	6.531.855,64
Outras Despesas/Receitas Operacionais		189.689.648,69	17.910.246,97
Ressarcimento e indenizações		191.813.425,02	20.412.906,17
Outras Receitas		812.298,05	583.062,79
Outras Despesas		(2.936.074,38)	(3.085.721,99)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(125.653.656,77)	(271.413.709,93)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(125.653.656,77)	(271.413.709,93)
Prejuízo por lote de 1.000 ações		(54,63)	(118,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(125.653.656,77)	(271.413.709,93)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(125.653.656,77)	(271.413.709,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	2.300.000.000,00	881.998.604,90	153.127.102,63	(2.977.760.076,24)	357.365.631,29

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

DESCRIÇÃO	2021	2020
1 - RECEITA	470.135.885,08	313.022.157,63
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	417.815.868,12	418.623.307,30
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(137.369.631,73)	(123.615.934,17)
1.3) Outras Receitas/Despesas	189.689.648,69	18.014.784,50
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	243.021.510,69	203.012.282,20
2.1) Matéria-prima Consumida	1.194.944,70	1.268.574,63
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.060.494,25	286.962,29
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	108.605.449,16	44.103.939,46
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	132.160.622,58	157.353.405,82
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	227.114.374,39	110.009.275,43
4 - RETENÇÕES	42.442.656,28	38.561.072,42
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	42.442.656,28	38.561.072,42
5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	184.671.718,11	71.448.203,01
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.259.825,60	6.531.855,64
6.1) Receitas Financeiras	7.259.825,60	6.531.855,64
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	191.931.543,71	77.980.058,65
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	191.931.543,71	77.980.058,65
8.1) Pessoal e Encargos	206.426.211,61	201.406.276,41
- Direta	144.792.080,18	141.023.094,83
- Encargos	31.185.267,16	30.562.628,17
- Benefícios	30.448.864,27	29.820.553,41
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	38.669.396,05	38.794.901,16
- Federal	38.508.427,37	38.778.761,60
- Municipal	160.968,68	16.139,56
8.3) Juros e Variações Monetárias	72.489.592,82	109.192.591,01
8.4) Prejuízo Retido	(125.653.656,77)	(271.413.709,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**(Valores em Reais)****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.**

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON.

A Companhia de Saneamento do Pará opera em 52 municípios e está em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007.

A Lei nº 14.026, de 15 de Julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

De acordo com o Decreto nº 10.710 de 31 de maio de 2021, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, que estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização. Os indicadores econômico-financeiros da COSANPA foram incipientes e não obteve os referenciais mínimos para atender a primeira Etapa referente aos requisitos para a comprovação da Capacidade Econômico-financeira. Assim sendo, existem contratos de Concessões vigentes, porém não regulamentados.

Outrossim, a COSANPA partiu para alternativa legal de regionalização e está seguindo as normas para enquadramento no atual cenário legal.

Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2020 foram com os municípios de:

- Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios.

Existe concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Substituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de:

- Inhangapi. Total de 01 município.

Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios:

- Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viséu. Total de 34 municípios.

Municípios com Concessões vencidas:

- Afuá, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odívelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 09 municípios.

Em dezembro de 2019, foi celebrado o 1º Novo Negócio da COSANPA, em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio, que vamos trabalhar para regularizar essa concessão.

A partir da assinatura de Contrato de Programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar no cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém e em 13 de maio de 2020, a Lei Ordinária Nº 9576 transformou a Agência AMAE/BELÉM em ARBEL. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

a) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

c) Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

d) Almoxarifado

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

e) Intangível

A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.

f) Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.

g) Obras em Andamento

Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.

i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

j) Reserva de Reavaliação

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.

k) Despesas Capitalizáveis

Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m) Variações Monetárias e Cambiais

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

a) As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.

b) As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

			2021	2020
FAIXA DE IDADE	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL
A Vencer	81.035.294,50	2.775.161,20	83.810.455,70	83.758.380,93
Vencidas até 90 dias	43.743.152,55	1.827.849,51	45.571.002,06	49.106.714,26
Vencidas de 91 a 180 dias	40.746.793,43	1.419.735,16	42.166.528,59	41.238.756,18
Vencidas a mais de 181 dias	751.023.233,45	21.207.140,99	772.230.374,44	694.518.787,86
Sub-total	916.548.473,93	27.229.886,86	943.778.360,79 (*)	868.622.639,23 (*)
Perdas no Recebimento de Créditos	(751.023.233,45)	(21.207.140,99)	(772.230.374,44)	(694.518.787,86)
Arrecadação à Discriminar	497.742,21	-	497.742,21	(1.095.773,74)
Recebimento com Incorreção	(2.615.220,27)	-	(2.615.220,27)	(2.612.987,89)
Total	163.407.762,42	6.022.745,87	169.430.508,29	170.395.089,74
Longo Prazo	11.365.539,86	-	11.365.539,86	9.820.167,10
Curto Prazo	152.042.222,56	6.022.745,87	158.064.968,43	160.574.922,64

b.1) O Total de 2020 e 2021, refere-se ao Valor Bruto (*) e sem dedução da Conta "a Faturar", que representam valores em trânsito de um mês para outro, sendo para 2020 o valor de R\$ 21.989.446,99 e 2021 de R\$ 21.452.621,36, consta ainda inserido no valor total em 2021 o valor do saldo em 31/12/2021 de R\$ 2.228.026,68 referente ao Contas a Receber - Água Pará.

b.2) Água Pará: De acordo com a Lei Estadual nº 9.317 de 22/09/2021 instituiu o Programa Estadual "Água Pará" que visa possibilitar o pagamento dos custos de obtenção de água potável para família de baixa renda. No art 4º desta Lei, estabelece que para execução do Programa Água Pará, o Governo do Estado do Pará responsabilizou-se pelo pagamento mensal do consumo de até 20 m3 (vinte metros cúbicos) de água, de acordo com a medição constante na fatura, o qual foi efetuado diretamente pela COSANPA, conforme regulamento. O Governo, restituiu a COSANPA os valores com descontos (Subsídios) nas faturas, conforme abaixo discriminado:

Mês: Subsídio

Setembro 2021 - R\$ 1.622.424,12

Outubro 2021 - R\$ 5.221.642,88

Novembro 2021 - R\$ 6.365.017,23

Dezembro 2021 - R\$ 6.591.932,56

Total R\$ 19.801.006,79
c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Saldo no Início do Exercício	(694.518.787,86)	(620.545.030,70)
Valores Registrados como Perda	(125.860.137,50)	(123.615.934,17)
Baixas Ocorridas	48.148.550,92	49.642.177,01
Saldo no Final do Exercício	(772.230.374,44)	(694.518.787,86)

NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifaria que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2021 foi de R\$ 2.933.780,52 ficando o saldo em 31/12/2021 de R\$ 72.971.0285,55.

NOTA 6 – INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

a) Intangível

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2021	2020
Sistema de Água	974.057.847,09	889.115.703,60
Sistema de Esgoto	218.142.914,72	51.538.159,84
Sistema de Água - Reavaliação	326.630.242,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto - Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	1.522.680.837,10	1.270.951.436,73
Amortização Acumulada - Sistema de Água	(496.830.382,60)	(468.973.962,86)
Amortização Acumulada - Sistema de Esgoto	(18.100.739,30)	(16.367.470,48)
Amortização Acumulada - Reavaliação	(116.671.161,75)	(108.046.420,31)
Total	891.078.553,45	677.563.583,08

Descrição						2021	2020
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	47.964.387,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	106.141.455,93	104.987.105,93
Poços	5%	21.970.629,89	1.735.562,91	10.425.543,47	1.731.314,82	11.549.334,51	10.715.670,45
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	3.109.970,02	1.424.947,49	1.599.640,61
Construção Civil	4%	475.402.386,76	96.232.221,48	139.570.265,33	89.421.388,38	342.642.954,53	113.846.409,91
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	46.601.131,22	868.339,73	2.264.372,38	6.672.055,70
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	7.892.164,65	0,00	477.963,43	626.881,03
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	10.480.025,06	2.635.670,08	7.815.505,40	8.933.017,16
Tubulações	2%	382.019.700,77	264.825.981,96	150.383.866,00	97.975.259,19	398.486.557,54	407.507.468,16
Equipamentos	10%	72.603.881,50	17.928.179,72	54.889.260,01	15.414.297,28	20.228.503,93	22.624.823,64
Equip. Informática	20%	17.409,10	0,00	17.409,10	0,00	0,00	672,82
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	140.783,49	3.983,88	46.696,71	49.670,55
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00	25.390,29	261,60	267,12
Total		1.074.136.684,44	448.544.152,66	420.402.499,98	211.199.783,67	891.078.553,45	677.563.583,08

b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Em Operação		
Sistema de Água	3.772.362,04	3.765.642,04
Sistema de Esgoto	30.310,00	-
Bens de uso Geral	35.197.360,06	32.233.628,74
Bens de uso Geral - Reavaliação	8.338.763,35	7.081.875,75
Sub-total	47.338.595,45	43.081.146,58
Depreciação Acumulada - Sistema de Água	(3.746.689,92)	(3.740.162,55)
Depreciação Acumulada - Sistema de Esgoto	(252,57)	-
Depreciação Acumulada - Bens de Uso Geral	(29.425.013,71)	(28.506.448,19)
Depreciação Acumulada - Reavaliação	(6.087.496,04)	(6.083.589,96)
Total em Operação	8.079.343,21	4.750.945,88
Em Construção		
Sistema de Água	700.800.294,12	805.753.442,83
Sistema de Esgoto	140.430.138,84	134.911.756,08
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00

Gerenciamento de Projeto		50.079.361,10	30.424.059,19
Implantação de Software		1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização		138.110,67	138.110,67
Total em Construção		892.884.879,73	972.664.343,77
Total do Imobilizado	900.964.222,94		977.415.289,65

Descrição				2021		2020
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo	Depreciação Reavaliação	Valor Líquido
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00	0,00	1.010.262,23
Poços	5%	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00
Construção Civil	4%	4.293.451,48	11.584.781,35	4.142.657,53	10.319.770,59	1.415.804,71
Instalações	10%	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00
Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	1.432,16	1.438,94	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.678,69	89.274,32	1.486,33
Equipamentos	10%	7.896.171,13	669.218,47	6.485.975,99	664.987,72	1.414.425,89
Móveis Utensílios	10%	5.093.320,86	96.193,77	1.662.786,10	96.193,77	3.430.534,76
Equip Informática	20%	3.486.676,92	6.529,72	2.769.133,62	6.529,72	1.235.087,28
Máquinas/ tratores	25%	831.062,27	31.404,94	831.062,27	31.404,94	0,00
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,79	9.895.097,41	1.465.643,79	1.720,29
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70
Total	***	32.175.145,47	15.163.649,98	26.397.659,63	12.861.792,61	8.079.343,21

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS.

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final seria em 11/04/2024. Em outubro de 2020, ocorreu a quitação do financiamento.

b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2021	2020
Saldo Inicial	-	79.367.724,47
Juros Provisionados	-	-
Variação Cambial Incorrida	-	-
Juros Pagos	-	(79.367.724,47)
Saldo Final	-	-
Parcelas a Curto Prazo	-	-
Parcelas a Longo Prazo	-	-

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Parcelamento – Ordinário	20.642.249,27	22.766.839,27
Parcelamento – PGFN – Justiça Federal	-	-
Depósito Vinculado – Justiça Federal	-	-
Parcelamento ICMS	9.954,45	15.991,88
Impostos e Contribuições a Recolher	1.179.003.533,46	1.231.597.160,24
Total	1.199.655.737,18	1.254.379.991,39
Curto Prazo	1.179.806.321,58	1.233.021.154,48
Longo Prazo	19.849.415,60	21.358.836,91

a) Em 2021, alguns processos de débitos na PGFN foram extintos por decisão administrativa, no montante total de R\$ 188.254.584,72, sendo o valor de R\$ 168.349.584,81 referente a Débitos não previdenciários e R\$ 19.904.999,91 a Débitos Previdenciários.

b) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESI e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2021	2020
SESI	3.801.028,88	3.695.830,47
SENAI	4.485.912,66	3.314.806,32
Total	8.086.941,54	7.010.636,79
Curto Prazo	782.879,22	378.953,34
Longo Prazo	7.304.062,32	6.631.683,45

NOTA 9 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia aplicou o Índice INPC em Dezembro 2021 de 10,958519% para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Contingência a Pagar	18.037.514,59	16.256.088,02
Total	18.037.514,59	16.256.088,02

Curto Prazo	18.037.514,59	16.256.088,02
Longo Prazo	-	-

NOTA 10 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia. As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.

Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista e Cível	1.484.584,88	1.248.434,94	(34.759.447,73)	(36.574.107,40)
Depósito Recursal	3.177.413,66	2.996.130,47	-	-
Total	4.661.998,54	4.244.565,41	(34.759.447,73)	(36.574.107,40)

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

c) Provisões cíveis Possíveis referentes a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores são de R\$ 51.572.835,12 em 31/12/2021 e foram de R\$ 47.967.848,16 em 2020.

NOTA 11 - PROVISÕES TRABALHISTAS.

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2021	2020
Provisões de Férias	12.276.742,42	10.036.351,41
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.424.557,40	3.689.743,71
Provisão de 13º salário	(412,82)	-
Total	16.700.887,00	13.726.095,12

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital Social.

No exercício de 2019 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 2.300.000.000 ações, sendo 2.206.355.811 ordinárias e 93.644.189 preferenciais.

Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

O valor do capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.300.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018.

A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Numero de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	2.205.979.611	99,98	93.644.189	100	2.299.623.800	99,98
Demais Acionistas	376.200	0,02	-	-	376.200	0,02
Total	2.206.355.811	100	93.644.189	100	2.300.000.000	100

b) Créditos para Aumento de Capital

Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2021	2020
Saldo Inicial	1.287.635.508,33	881.998.604,90
Recursos Recebidos do Governo do Estado	269.452.714,94	405.636.903,43
Integralização de Capital	-	-
Saldo Final	1.557.088.223,27	1.287.635.508,33

b.1) Existe uma Reunião de Diretoria agendada para Demonstração do Saldo da Conta de Crédito para Aumento de Capital, onde será orientada a alteração do Estatuto para incorporação no capital de R\$ 1.577.085.223,27.

c) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2021 foi realizado o montante de R\$ 5.694.985,80 (R\$ 5.782.473,02 em 2020).

NOTA 13 - RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2021	2020
RECEITA BRUTA	-	435.788.854,56
Receita de Serviço de Água	385.566.855,38	385.672.267,65
Receita de Serviço de Esgoto	47.001.319,56	45.809.408,43
Outros Serviços	5.001.158,37	4.307.178,48
Deduções da Receita Operacional	(58.261.892,56)	(55.944.308,86)
COFINS	(31.639.356,55)	(31.861.770,25)
PASEP	(6.869.070,83)	(6.916.991,35)
Cancelamentos/Devoluções	(12.959.575,06)	(11.629.344,56)

Descontos Concedidos	(6.793.890,12)	(5.536.202,70)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	379.307.440,75	379.844.545,70

NOTA 14 – CUSTO DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2021	2020
Pessoal	(137.835.869,70)	(136.123.252,89)
Material	(1.194.944,70)	(1.268.574,63)
Energia Elétrica	(108.605.449,16)	(94.402.963,07)
Serviço de Terceiros	(98.492.228,12)	(67.276.659,81)
Depreciações e Amortizações	(41.850.669,29)	(41.100.511,30)
Outros Custos	(216.046,81)	(178.800,19)
Crédito PIS/COFINS	19.351.297,89	17.109.916,74
Saldo Final	(368.843.909,89)	(323.240.845,15)

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) Disponibilidades:

Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.

b) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.

c) Empréstimo em Moeda Estrangeira

O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.

d) Outras Contas

Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.

e) Risco de crédito

Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

NOTA 16 – SEGURO.

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

NOTA 17 – Águas do Guamá:

O Contrato nº 038/2016 – celebrado entre COSANPA e Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA, com objeto de Locação de Imóveis, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas, para a implantação das obras e serviços compreendendo a substituição das redes de água em cimento amianto, implantação de redes de água com interligações necessárias, instalação de solução de micromedição de água (SMA) em pequenos consumidores, implantação e ampliação da macromedição e pitometria, incluindo a setorização das redes de distribuição de água, visando o aumento da capacidade de abastecimento da população e eficiência do sistema produtor das Unidades Norte e Sul, na região metropolitana de Belém.

Este contrato deveria ter sido registrado em 2016, porém os serviços foram autorizados e iniciados, sem nenhum registro contábil. Em 2021, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração questionaram a ausência de registro contábil deste contrato e, após análise, a contabilidade da Cosanpa solicitou parecer jurídico para respaldar os registros a serem realizados no futuro, haja vista, que o registro Contábil, dependendo da Classificação contábil adotada, trará impactos tributários relevantes, assim como impactos na composição de tarifas (Agências Reguladoras). Desta forma, a Companhia contratou empresa especializada para elaborar um parecer jurídico, contábil e tributário com base legal para amparar como os registros contábeis que deverão ser aplicados para esse contrato, no montante de R\$ 249.373.000,00. No entanto, a execução dessa consultoria será realizada em 2022, informamos ainda que tramita na Cosanpa licitação para auditoria e levantamento e cálculos de todos os impactos fiscais e contábeis que ocorreram e não foram lançados e sem o devido registro neste período de 2016 a 2021, e que portanto por decisão da Diretoria financeira e presidência se faz prudente o devido registro do contrato e seus eventos em balanço somente após a conclusão da auditoria acima citada.

NOTA 18 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PANDEMIA COVID-19

Em Março de 2020, foi declarada a pela Organização Mundial de Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência do estado de Calamidade pública em 20 de Março de 2020, editado no Decreto legislativo nº 06 e O Governo do Estado do Pará através do Decreto nº 609, de 16 de março de 2020, adotou medidas para o enfrentamento à pandemia do Corona vírus Covid-19, no Estado do Pará.

A Cosanpa, por sua vez, adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de parte do corpo funcional para as atividades em home office, à exceção de um reduzido número de empregados, necessários ao funcionamento de suas atividades, não interrompendo a prestação de seus serviços e ainda adotando outras alternativas para solução dos problemas relativos ao abastecimento de água em várias áreas carentes como Projeto de Água para Todos.

Os exercícios de 2020 e 2021 representaram um relevante desafio para muitas Unidades de Serviços desta Companhia que foram afetadas com a redução do quadro funcional inclusive a Unidade de Contabilidade que conta com funcionários idosos e considerados de risco.

Atuamos de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia. A administração da Empresa está alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe ressaltar, que o faturamento da Companhia foi afetado quanto à suspensão de cortes de consumo de água dos clientes inadimplentes, como medidas para redução de impacto econômico-financeiro.

Em Março de 2021, a Resolução de Diretoria nº 02/2021 no 15/03/2021 (**DESCONTO COVID-19**), instituiu o Programa Social de COVID-19, como parte do Pacote Econômico de auxílio direto do Governo do Estado do Pará, que contemplou a isenção de tarifas para consumos de água e/ou esgotamento sanitário de até 10 m3 de imóveis residenciais e comerciais das subcategorias R1 e C1, respectivamente nos meses de referência Março e Abril de 2021, cujos os valores seriam subsidiados pelo Tesouro Estadual, portanto não ocorreu o repasse a COSANPA, pois não houve a tramitação legal no âmbito do Governo Estadual para respaldar a transferência de Recursos.

Assim sendo, o Conselho Fiscal e de Administração na Ata de Reunião Conjunta do dia 25/11/2021 e na Resolução nº 04 de 25/11/2021, aprovaram a isenção de faturas de consumo de 10 m3 aos meses março e abril de 2021, das categorias R1 e C1 em todo Estado do Pará. Desta forma a COSANPA procedeu com a baixa de R\$ 11.451.020,09 na conta contábil de Contas a Receber – Particulares e a devida escrituração em Perdas no recebimento de créditos, referentes aos descontos dos meses de Março e Abril de 2021.

O cenário do exercício de 2021 está sendo analisado minuciosamente visando à continuidade do funcionamento com excelência das Atividades desta Cosanpa.

O mundo atravessa uma grave crise devido a rápida disseminação da COVID-19, onde teremos que analisar e minimizar as consequências sociais e econômicas da sociedade, empresas e Estado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará – COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro 2021.

Após exame das demonstrações contábeis de 2021 e Parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação, com as recomendações indicadas na presente sessão.

Belém (PA), 18 de março de 2022.

RENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR
Conselheiro Titular
Presidente

HANA SAMPAIO GHASSAN
Conselheira Titular

MARIA EUGENIA MARCOS RIO
Conselheira Titular

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA
Estatal de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital Fechado

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

3.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as provisões de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas "provisões" são registradas em conta redutora do grupo Créditos a Receber, no Ativo Circulante. Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96), e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas representa aproximadamente 38% da exposição ativa da Companhia (R\$ 778.149 mil, em 31/12/2021).

3.2 Reconhecimento de perdas – Programa COVID 19

Conforme Nota Explicativa nº 18, em 2021, integrando o Pacote Econômico de auxílio direto do Governo do Estado do Pará, foi instituído o Programa Social COVID-19, com a concessão de isenção de tarifas para consumos de água de até 10m³ para imóveis classificados nas subcategorias R1 e C1, nos meses de março e abril de 2021, representando um montante de descontos ou isenções concedidas de R\$ 11.455 mil. Embora não tenha sido elaborado, por parte do Governo do Estado, processo ou documento formalizando compromisso assumido pelo Tesouro Estadual para transferência de recursos à COSANPA, em Reunião Conjunta o Conselho Fiscal e de Administração aprovaram a isenção das faturas através na Resolução nº 04 de 25/11/2021. Inicialmente nossa ressalva recaí sobre a oportunidade (tempestividade e conveniência) da deliberação da matéria pelos Conselhos, já que as isenções já haviam sido praticadas desde os meses de abril e março, conforme noticiado no próprio site da COSANPA e no portal Agência Pará (matéria publicada em 19/03/2021). Na ocasião, a documentação utilizada foi a Resolução da Diretoria nº 02/2021, de 15 de março de 2021, cuja competência para autorizar a implementação do programa é questionável. Na oportunidade da aprovação do Programa COVID-19, conforme Resolução da Diretoria, não há evidências de que a decisão tenha sido tomada a partir de premissas de viabilidade econômica das contas da Companhia para concessão das isenções, em verdade, o que se observa é que ao longo do processo, sempre houve uma expectativa por parte da COSANPA de que os recursos (R\$ 11.455 mil) fossem repassados pelo Governo do Estado, ainda que, como já dito, não houvesse nenhum tipo de documentação sinalizando nesse sentido. Observamos que os riscos vislumbrados por Conselheiros nas reuniões realizadas (Reunião Conjunta do dia 09/11/2021) se concretizaram, e a ausência de regulamentação do referido Pacote Econômico pelo Governo do Estado culminou no não reconhecimento da dívida, por parte da Secretaria da Fazenda (SEFA) conforme Ofício nº 143/2022/GS/SEFA sustentado no Parecer nº 000433/2021 da Procuradoria Geral do Estado. Após a negativa para o repasse dos valores, o saldo de Créditos a Receber de R\$ 11.455 mil baixado como Perdas no Recebimento de Créditos após autorização da Diretoria, por meio de uma insubsistência ativa em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva (despesa), ainda que, novamente, não houvesse sido realizada nenhuma ponderação acerca dos impactos econômicos e financeiros desse Pacote para a saúde financeira da COSANPA. Ante ao acima exposto, recomenda-se à COSANPA insistir nas solicitações de repasse ao Governo do Estado, tendo em vista que o programa se enquadrou no contexto da pandemia, visando a atender os aspectos sociais da Companhia, já que o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgotos enquadram-se como essenciais para seus usuários.

3.3 Intempestividade das transferências de Obras em Andamento para Imobilizado em Operação.

Do total da exposição ativa da Companhia, parcela significativa está concentrado no grupo Obras em Andamento (R\$ 892.885 Mil). Nos exames efetuados, não foi possível constatar controles internos que nos permitam concluir pela inexistência de distorções relevantes entre os saldos contábeis e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Os relatórios de controle de Obras em Andamento da Diretoria Técnica apontam uma série de obras que apresentam estágio de medição em 100% e classificadas como "concluídas", conforme Relatório de Composição de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2021, todavia esses saldos não foram transpostos para os grupos correspondentes. A falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que esses ativos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia. Esse não reconhecimento, por conseguinte, impacta diretamente no resultado do exercício, majorando-o, já que não houve o lançamento das despesas de depreciação efetivamente incorridas no período. Julgamos, portanto, que as distorções existentes nos saldos relacionados, caso haja, são relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – ÊNFASES

4.1 Corrosão do Capital Social por Prejuízos Acumulados

O capital social de R\$ 2.300.000 mil tem sido consumido sistematicamente por prejuízos recorrentes apurados ano após ano, no exercício sob análise o prejuízo apurado foi de R\$ 125.654 mil (R\$ 271.414 mil em 31/12/2020), de forma que o saldo de prejuízos acumulados da Companhia chega a R\$ 3.357.437 mil, enquanto o seu Capital Social monta 2.300.000 mil (Nota 12.a), demonstrando, portanto, um cenário de Passivo à Descoberto nas demonstrações contábeis auditadas. Os impactos desses contexto deficitário são mitigados em razão dos aportes de recursos realizados pelo acionista controlador, o Governo do Estado, através de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, cujo saldo contabilizado chega a R\$ 1.557.088 mil. Essa política deve se perenizar durante os tantos exercícios futuros quantos sejam necessários para a absorção dos precitados prejuízos acumulados até a total restauração da integridade do Capital Social. Aludido cenário deficitário contrasta com a pressuposição de continuidade operacional aplicada na elaboração das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, os saldos apresentados não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou passivos que seriam requeridos quando constatada a impossibilidade da Companhia continuar operando.

4.2 Necessidade de Formalização dos AFAC's

Conforme descrito na nota explicativa nº 12.b, no exercício de 2021 foi recebido do acionista controlador, o Governo do Estado do Pará, o montante de R\$ 269.452 mil destinados ao financiamento de investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados e contabilizados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital, totaliza o valor de R\$ 1.557.088 mil. Embora haja deliberação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração para que se providencie a formalização desses repasses a título de aumento de capital (conforme ata da reunião do CF do dia 30 de março de 2021, e do CA do dia 16 de abril de 2021), o que observamos foi que no exercício de 2021 muito pouco se avançou para a sua concretização. Assim, retomamos nossa ênfase, no sentido de reforçar que não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. O aumento de Capital Social devidamente autorizado, deve ocorrer

Use mediante proposta da Diretoria Executiva, com parecer do Conselho de Administração e encaminhado para deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Art. 11 do Estatuto Social da COSANPA. A falta de formalização da natureza dos créditos para aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

4.3 Capacidade econômico-financeira da COSANPA com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas na Lei nº 11.445, de 2007.

Conforme exposto na Nota Explicativa nº 1, os últimos dados apresentados sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia indicam uma razoável suscetibilidade de uma possível, senão provável descontinuidade operacional. Tais riscos de incertezas quanto à sua capacidade de continuidade operacional estão diretamente relacionados aos indicadores econômico-financeiros estipulados como metodologia apropriada para avaliação das metas de alcance das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007. Enfatizamos, portanto, que em nenhum dos indicadores (margem líquida sem depreciação e amortização; grau de endividamento; retorno sobre patrimônio líquido; e suficiência de caixa) a Companhia obteria os índices referenciais mínimos estabelecidos na Lei. Dessa forma, não houve o cumprimento da primeira etapa do processo, já que a COSANPA não apresentou requerimento até a data prevista (31/12/2021), conforme Art. 10 do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021. Como consequência, é possível inferir que, conforme preconiza o Art. 20 do Decreto: serão considerados irregulares os contratos de programa de prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário caso o prestador não comprove sua capacidade econômico-financeira nos termos do disposto neste Decreto.

4.4 Contratos de Concessões não Renovados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 52 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 08 municípios estão com suas concessões regulares, 01 município tem concessão anterior à Lei do Saneamento, 34 municípios funcionam com convênio de cooperação e 09 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. Em dezembro de 2019 foi celebrado o 1º Novo Negócio da COSANPA em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio. No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da Companhia, mantém no Ativo Imobilizado Técnico Líquido o montante R\$ 8.079 mil, correspondentes aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Não obstante, é possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia.

4.5 Contrato Águas do Guamá

Conforme Nota Explicativa nº 17, enfatizamos a existência do Contrato nº 038/2016 – celebrado entre COSANPA e Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA, com objeto de Locação de Imóveis, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas para a implantação das obras e serviços visando ao aumento da capacidade de abastecimento da população e a eficiência do sistema produtor das Unidades Norte e Sul, na região metropolitana de Belém. Tal contrato, no valor R\$ 249.373 Mil, deveria ter sido registrado em 2016, porém os serviços foram autorizados e iniciados, sem nenhum registro contábil. Em 2021, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração questionaram a ausência de registro contábil deste contrato e, após análise, a Gerência de Contabilidade solicitou parecer jurídico para respaldar os registros a serem realizados, haja vista, que o registro contábil, dependendo do tratamento dispensado, trará impactos tributários relevantes, assim como impactos na composição de tarifas (Agências Reguladoras). Desta forma, está em tramitação processo para contratação de empresa especializada para elaborar um parecer jurídico, contábil e tributário com base legal para amparar como os registros contábeis que deverão ser aplicados, inclusive com efeitos retroativos. A legislação tributária brasileira tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao assunto. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores relativos a esse Contrato requer significativo julgamento profissional e larga sustentação legal, o que pode resultar em mudanças substanciais na exposição patrimonial da COSANPA.

4.6 Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 72.971 mil registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia (que vem apresentando prejuízos sucessivos), os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

4.7 Extinção de Processos – PGFN

Conforme Nota Explicativa 8.a, no exercício sob análise houve a extinção, por decisão administrativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de vários processos de débitos fazendários que somaram R\$ 188.255 Mil, dos quais R\$ 19.905 Mil se referem a Débitos Previdenciários, e R\$ 168.350 Mil a Débitos não Previdenciários. Julgamos que a evidência de Auditoria é apropriada e suficiente. Não obstante, é prudente que a Companhia busque instruir, em processo específico, todos os documentos hábeis utilizados como suporte documental para os registros contábeis realizados, visando possível reabertura de cobrança desses valores no futuro.

4.8 Seguro de eventuais sinistros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Inexistência de uma Solução de ERP

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (Enterprise Resource Planning) que viabilize a integração das informações contábeis, patrimoniais, financeiras, administrativas e de departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com três tecnologias de banco de dados: PostgreSQL no sistema comercial, Oracle no sistema de RH e ADABAS nos sistemas mais antigos. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações de arquivos texto. Essas importações podem trazer consigo inconsistências que não vêm sendo identificadas ao longo dos exercícios, uma vez que as conciliações desenvolvidas pela companhia não contemplam a totalidade das operações realizadas, tendo em vista sua complexidade, volume e quantidade de dados.

✓ **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamentos de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

5.2 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 e 10, a Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgirem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2021, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais do registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TSP

25 (R2) e, se fornecermos informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VII – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

✓ Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VIII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

IX – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

X – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 11 de março de 2021, com modificação de opinião por ressalvas e complementado por ênfases.

Belém/PA, 14 de março de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
CRC/PE 000150/O“S“PA Contador - CRC/PE 010483/O-9 Sócio Sênior - CNAI 1592

PHILLIPE DE AQUINO PEREIRA THOMAZ DE AQUINO PEREIRA
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S“PA Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S“PA CNAI 4747 CNAI 4850